

José Claudinei Lombardi  
Marcos Lima  
(Orgs.)

EDUCAÇÃO E REVOLUÇÃO:  
AS REVOLUÇÕES NOS SÉCULOS XIX E XX  
E AS POSSIBILIDADES DE UMA NOVA EDUCAÇÃO

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais  
Navegando Publicações  
2020



# IX

## NOTAS E REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO NA CHINA REVOLUCIONÁRIA\*

*Marcos Roberto Lima*  
*Marcio Bernardes de Carvalho*  
*José Claudinei Lombardi*

### **Introdução**

Antes mesmo da era cristã a milenar história chinesa registra inúmeras insurreições camponesas, concomitantemente à tentativa de estabelecimento de um Estado unitário por parte das sucessivas dinastias que almejavam a manutenção do poder. Em meados do século XIX, momento em que o capitalismo se expandia e se consolidava, a China era ainda um país feudal, com um Estado nacional frágil e incapaz de resistir às invasões estrangeiras.

Entre os anos de 1839 e 1842, a pretexto de defender seus interesses no comércio de drogas, os ingleses avançaram sobre o território chinês, apoiando-se na capitulação da dinastia King, que se submeteu ao pagamento de indenizações e a rapina de parte do território chinês. Evento que ficou conhecido como Guerra do Ópio.

No início da década seguinte, ocorreu uma grande revolta camponesa, conhecida como Revolta dos Taiping, estendendo-se por dezessete províncias. Nanjing foi proclamada capital do Reino Celestial Taiping, que dentre as regras sociais estabeleceu como princípio básico a distribuição igualitária da terra. Mais uma vez a Inglaterra, com o apoio da França, invadiu a China, derrotando a rebelião, impondo aos chineses novas concessões econômicas, territoriais e políti-

---

\* DOI – 10.29388/978-65-86678-06-2-f.201-222

cas, numa ação que foi denominada de Segunda Guerra do Ópio, estendendo-se de 1856 a 1860.

As sucessivas agressões imperialistas continuaram ao final do século XIX e início do XX, tornando-se a China um campo de batalhas não somente contra invasores externos, mas também contra forças internas opressoras da maioria da população que, como vimos, aliçaram-se com o invasor para conter as revoltas populares. Em 1884, a China e o Vietnã foram invadidos pela França. Em 1894 foi a vez do Japão, invadindo a China e a Coreia.

No início do século XX, as rebeliões camponesas e urbanas se intensificaram, destacando-se movimentos políticos renovadores que almejavam a modernização da China para a contenção das invasões estrangeiras e a superação da profunda situação de miséria e exploração do povo chinês, em sua maioria, formado por camponeses.

Em 1900, destaca-se o movimento conhecido como Revolta dos Boxers, uma reação à divisão da China em zonas de influência das potências estrangeiras. Reagindo à resistência chinesa, Inglaterra, França, Rússia, EUA, Japão, Áustria, Alemanha e Itália se articulam para a agressão conjunta, sufocando o movimento e ampliando a dominação sobre a China.

Em 1905, foi fundada a Tongwenghui ou Liga da China, considerada o primeiro partido político chinês. Com caráter burguês, a liga se propôs a realizar a “restauração” da China e estabelecer um regime republicano, igualando os direitos de acesso à terra. Em 1911, uma revolução de caráter nacionalista resultou na derrubada na dinastia Manchu (ou Qing), sendo a república proclamada no ano seguinte, em 1 de janeiro, de 1912, fundamentada numa constituição democrático-burguesa. Um mês após a proclamação da república, o levante militar dos caudilhos do norte do país depôs o presidente Sun Yat-sen, impondo uma ditadura dos caudilhos e latifundiários.

Em 1919, grandes manifestações revolucionárias contra a aliança entre as forças imperialistas e os caudilhos sacudiram o país (CARRION, 2004, p. 12), sendo que o Kuomintang (Partido Naciona-

lista Chinês), criado por Sun Yat-sen, decidiu-se pelo enfrentamento. Em 1 de janeiro, de 1921, foi criado o Partido Comunista da China (PCC), apoiado em um programa democrático, anti-imperialista e antifeudal, estabelecendo uma frente revolucionária com o Kuomintang, dialogando, inclusive, com os bolcheviques soviéticos. Para Mao Tse-tung, aquela era “uma pequena centelha que incendiaria o país” (BOGO, 2005, p. 340).

Em 1925, as principais forças de transformação encontravam-se no campo, o que levou Mao Tse-tung a deslocar-se para Hunan, no intuito de organizar as massas camponesas. Como instrumento de organização, Mao criou uma escola de formação política para formar quadros (ibidem). Após a morte de Sun Yat-sen, incomodado pela presença dos comunistas e sua influência sobre as massas, o Kuomintang começou a distanciar-se da linha revolucionária. O comandante militar Chiang Kai-shek, então dirigente do Kuomintang, comandou um novo golpe militar, em abril de 1927, realizando um sangrento massacre de comunistas. Ocorreu um levante de massas em Nanchang, e em Hunan, uma insurreição camponesa conhecida como “Levante da Colheita de Outono”, resultando na criação do Exército Vermelho de Operários e Camponeses, que travará uma prolongada guerra de guerrilha contra as forças golpistas lideradas por Chiang Kai-shek.

Entre os anos de 1931 e 1934, criticando a linha adotada pela direção do PCC na luta contra o Kuomintang, Mao Tse-tung começou a ganhar destaque com as teorias da guerra popular prolongada e da Frente Única. O cerco das tropas lideradas por Kai-shek obrigou o Exército Vermelho a retirar-se das montanhas Zinggang. O deslocamento para o norte do país ficou conhecido como a “Grande Marcha”, somando 9,65 mil quilômetros de percurso, resultando na criação de uma situação de duplo poder, à semelhança do sistema de soviets na União Soviética. Foi nesse contexto que, em 1935, Mao Tsé-tung foi conduzido à direção do PCC.

Mao Tse–Tung nasceu em 26 de dezembro, de 1893, em Hunan. Filho de pequenos camponeses pobres, trabalhou no campo até os treze anos de idade, quando foi para Cangsha, onde concluiu os estudos em nível médio. Em 1911, alistou–se no exército, envolvendo–se com a revolução republicana que derrubou o último imperador chinês, Pinyin Pui–yi (BOGO, 2005, p. 339).

Após seis meses no exército, conseguiu um emprego como bibliotecário em Pequim, para onde se deslocou. Em 1915, publicou seu primeiro artigo, na revista *Nova Juventude*, criada por Chen Du–xiu. O artigo intitulado *Estudo sobre a Cultura Física*, ressaltava a importância do cuidado com o corpo, principal instrumento para lutar contra os invasores do território chinês. Dois anos depois, Mao retornou a Hunan para concluir seus estudos na Escola Normal, frequentando os cursos de História, Filosofia e Literatura. Ocupou o cargo de secretário da Associação Estudantil até 1919, momento em que retornou à capital para realizar os estudos universitários.

Mao Tse–tung participou ativamente do movimento estudantil, que saiu às ruas para protestar devido a entrega de Shandong ao Japão. O movimento estudantil fora duramente reprimido, inspirando, em conjunto com a Revolução Russa de 1917, a criação do PCC. Devido à ausência de uma classe operária plenamente constituída, a articulação para a organização do partido se deu principalmente entre estudantes e intelectuais.

Em 1924, durante o I Congresso do PCC, por questões estratégicas, tornou–se membro da Executiva do Comitê Central do Kuomintang. No ano seguinte, retornou a Hunan para organizar as massas camponesas, principal força de transformação social. Criou, então, uma escola de formação política no intuito de preparar quadros para o enfrentamento das forças conservadoras que assumiram a direção do Kuomintang, após a morte de Yat–sem, lideradas por Chiang Kai–shek. Após o golpe de 1927, Mao se distanciou da linha da III Internacional, desenvolvendo de maneira autônoma os fundamentos teóricos e práticos da revolução na China.

Nessa breve introdução, evidenciamos o fato de que, até meados do século XX, com a Revolução Comunista de 1949, liderada por Mao, a história chinesa se caracterizou pela submissão do povo chinês aos interesses do capital internacional representados por governos imperialistas da Europa, Estados Unidos e Japão, além da opressão interna dos caudilhos e proprietários de terras, os quais por vezes realizavam alianças com os invasores, com o objetivo de conter as iniciativas populares. Os frequentes ataques internacionais à soberania da China, assim como a exploração interna de suas elites, colocaram o país em uma situação de desestruturação econômica e social, afetando diretamente a vida das massas populares, que viam negado o seu direito a uma vida digna, uma vez que lhes era privado o acesso à terra, educação, saúde etc.

Na sequência, apresentaremos a emergência das preocupações educacionais e pedagógicas no processo de transformação social chinês, destacando-se a originalidade de Mao Tse-tung no desenvolvimento da teoria revolucionária. É no processo de desenvolvimento de seu constructo teórico mais amplo que encontramos os primeiros apontamentos para uma possível síntese da educação na China revolucionária.

## **Da “Grande Marcha” à tomada do poder: primeiros apontamentos sobre educação e ensino na China revolucionária**

Inicialmente, apresentaremos a base material da China pré-revolucionária, marcada pela desestruturação social das camadas subalternas e os privilégios dos setores dominantes da sociedade. Segundo Carlos Castilho Rios<sup>1</sup>, o contexto socioeconômico da China pré-revolucionária, em termos gerais, era o seguinte:

Os 85% da população era composta de camponeses que trabalhavam com métodos muito primitivos e por salários que não eram

---

<sup>1</sup> A tradução dos originais em espanhol foi realizada pelos autores.

suficientes para as suas necessidades mais vitais. A isto se agregavam outros males: 95% da população não sabia ler nem escrever; as guerras de agressão, o tráfico de ópio e as pesadas cargas econômicas, sobre o pretexto de indenizações de guerra, pesavam sobre o país, a China estava a bordo de uma miséria sem precedentes na história do mundo (RIOS, 1972, p.12).

A desestruturação econômica e social criou um abismo entre as condições de vida da maioria da população pobre, assolada pela fome e a miséria, e faustosa vida daqueles que a exploravam, visando somente à acumulação de riquezas. A produção era controlada por poucos, enquanto a maioria da população vivia em situação precária, o que se refletia diretamente na educação chinesa pré-revolucionária. Segundo Rios:

A serviço dessa aristocracia, havia, para sua defesa e manutenção, uma classe burocrático-feudal, que concebia um sistema de educação para os privilegiados e, portanto, com a tarefa de transmitir os valores e a visão de mundo da classe dominante. Esse tipo de educação, apesar de teoricamente dar a todos os chineses o direito de frequentar as escolas, na prática, devido a seus sistemas de seleção e discriminação, beneficiava apenas os filhos da classe rica. Essa educação tinha todas as características da escola tradicional: não levava em conta a realidade chinesa, cultivava o intelecto, baseava-se em conceitos religiosos, exagerava na importância da disciplina, distanciava o aluno de todas as atividades "que podiam manchar as mãos" etc. Em outras palavras, transmitia o conhecimento, atitudes e estilo de vida da classe privilegiada e preparava seus beneficiários para que se tornassem funcionários do Estado (RIOS, 1972, p. 12-13).

É importante ressaltar que a educação para "privilegiados" citada pelo autor é a educação criada pela classe dominante para a própria classe dominante. O sistema de seleção e discriminação referenciado são as condições objetivas de acesso e permanência na escola que, fruto de uma perspectiva elitista, exclui qualquer indivíduo que não

consiga “sustentar” as condições impostas para nela ingressar ou permanecer. Na aparência, essa escola pode até ser considerada democrática e aberta, mas sua essência é excludente, tendo como função social a formação de uma classe de privilegiados.

A crise econômica e social fez com que as forças progressistas chinesas se organizassem, visando a combater a opressão interna e externa. De 1919 a 1949, foram 30 anos de luta armada, período de intensos e sangrentos conflitos que deixaram marcas profundas na história chinesa, situação agravada pelas constantes invasões externas.

Em 1929, em meio aos combates, Mao Tse-tung delineou alguns princípios pedagógicos que nortearam o início de um processo de educação revolucionária com características chinesas. É importante notar que estes escritos datam de 20 anos antes da Revolução de 1949, o que revela a preocupação dos comunistas em criar bases pedagógicas de resistência e superação do sistema capitalista, muito antes do desfecho da grande Revolução. Conforme descreve Rios, são dez os princípios pedagógicos inicialmente elaborados por Mao Tse Tung:

1. Inicie o aluno; 2. Avance de perto para longe, de superficial para profundo; 3. Comece com o mais fácil para chegar ao mais difícil; 4. Popularize o ensino; 5. Use linguagem clara; 6. Desperte o interesse do público; torne as aulas interessantes; 7. Fale com gestos, se necessário; 8. Repita incansavelmente os fundamentos da aula, até alcançar a plena compreensão; 9. Resuma o que foi dito, destacando o mais importante; 10. Desenvolva a prática de discussões e debates (RIOS, 1972, p. 14–15).

Podemos verificar que desde os primeiros momentos do processo revolucionário chinês as preocupações pedagógicas estiveram presentes, sendo os princípios pedagógicos formulados em sintonia com a realidade concreta da China, um país subalterno onde a maioria da população pobre não tinha acesso à escola.

Em tais condições era necessário “ambientar” o aluno na escola, iniciando-se um processo novo de aproximação do conhecimento



da realidade mais próxima (o que pode ser reconhecido concretamente pelos indivíduos em seus contextos) até o mais distante (que exige um exercício de abstração), conduzindo a reflexão do mais superficial ao mais profundo (segundo princípio), possibilitando aos indivíduos a percepção do vínculo existente entre o conhecimento e a realidade concreta, aproximando-se o conhecimento prático presente no cotidiano dos indivíduos, do conhecimento coletivo que possibilita à humanidade avançar.

Quando Mao Tse-tung propõe que o conteúdo da educação seja trabalhado partindo-se do “mais fácil” em direção ao “mais complexo” (terceiro princípio), evidencia-se a defesa de uma educação processual, comprometida não somente com o entendimento do mundo, mas com a sua transformação. Trata-se de uma educação nem abstrata, nem mitológica, vinculada a um processo que deve possibilitar ao aluno transitar do conhecimento instrumental para uma consciência filosófica da práxis, alicerçada numa perspectiva materialista da realidade.

Seria preciso popularizar o ensino (quarto princípio) para que o acesso ao conhecimento contribuísse para a compreensão da realidade em transformação, tornando-o um instrumento a serviço da libertação popular. Para tanto, era necessária uma linguagem clara (sexto princípio), adequada ao objetivo de despertar o interesse da classe trabalhadora, fazendo com que as aulas fossem interessantes, valendo-se de gestos (sétimo princípio) e da repetição incansável daquilo que é fundamental para se chegar a uma compreensão total (oitavo princípio), disponibilizando ao aluno as sínteses ou resumos do que foi dito, enfatizando-se aquilo que é mais importante. Por fim, era preciso desenvolver a prática de discussões e debates (décimo princípio), valorizando-se cientificamente a história, com os olhos voltados à construção da nova sociedade e a nova cultura. Há uma evidente preocupação com o desenvolvimento de uma educação próxima da realidade dos alunos, cuja função social seja clara, devendo ser mantida uma forte ligação entre a escola e o processo de transformação das circunstâncias.

Mao entendia que os camponeses (a maioria do povo chinês) eram fundamentais na construção do processo revolucionário. Dessa observação da realidade concreta do seu país, emergirá a ênfase na categoria povo, substituindo o proletariado na literatura marxista (BOGO, 2005, p. 344). Porém, apesar de sua importância, sem um partido revolucionário seria impossível ao povo libertar-se da opressão inimiga.

Em 1º de fevereiro de 1942, na cerimônia de inauguração da “escola do partido”, adjunta ao Comitê Central do PCC, em seu pronunciamento, *Retifiquemos o estilo de trabalho no partido*, Mao realiza um exercício de autocrítica, apontando alguns equívocos do partido, sobretudo no que se refere ao seu método de estudo, às suas relações internas e externas e o seu estilo de escrever:

Por errado no nosso estilo de estudo, entendemos a doença do subjetivismo; por algo errado no estilo quanto a relação do partido, entendemos a doença do sectarismo; e por algo errado no nosso estilo de escrever, entendemos a doença do estilo de clichê nos escritos do Partido (MAO TSE-TUNG, 2005, p. 350).

Suas análises expressam preocupações práticas, articulando sempre a pesquisa à necessidade de organização das massas, o que se evidencia na autocrítica do partido. Mao era acima de tudo um militante prático. Após aceitar a aliança com o Kuomintang na luta contra as forças japonesas, contando com o apoio da União Soviética, amplia as forças sobre seu comando. Ao final da II Grande Guerra o Exército Vermelho contava com cerca de um milhão de combatentes, controlando uma região com mais de cem milhões de habitantes.

O inimigo externo já havia sido derrotado, e contrariando as orientações da União Soviética, que argumentava que a China deveria desenvolver o capitalismo antes da construção do socialismo, Mao deu continuidade à luta contra as forças nacionalistas de Chinag Kai-shek que, mesmo contando com o apoio dos EUA, foram derrotadas, refugiando-se na Ilha de Taiwan. Mao foi então aclamado presidente da

República Popular da China (BOGO, 2005, p. 343). “Nunca mais os chineses serão um povo escravo” (REIS, 1981, p. 96), exclama o “velho timoneiro”.

## **Dos primeiros apontamentos pedagógicos à grande Revolução Cultural**

Após o triunfo da Revolução Comunista na China, a proximidade com a União Soviética fez com que muitos intercâmbios fossem realizados, visando organizar a nação chinesa para um novo momento, marcado pela presença das forças populares no controle do Estado. O que acarretou transformações na educação: “A pedagogia simplificada de Mao Tsé-tung começou a ser substituída pela de Keirov, a autoridade pedagógica russa, considerada um dos notórios sucessores de Makarenko e oponente triunfante do americano John Dewey” (RIOS, 1972, p. 17).

Apesar da proximidade com a União Soviética, a China possuía um processo revolucionário autônomo, marcado por suas próprias contradições. Isto fez com que muitos intelectuais chineses criticassem os métodos soviéticos, não por questões técnicas ou intelectuais, mas por não estarem refletindo o contexto revolucionário próprio da China e suas contradições internas. Destacam-se as seguintes críticas ao sistema proposto pelo russo Keirov:

Na sociedade de classes, a educação é um fenômeno da luta de classes. Ela responde à necessidade de uma classe, para manter seu domínio. Ou seja: em um país capitalista, a educação é um instrumento de dominação burguesa. Num país socialista, a educação deve servir para levar a revolução socialista até o fim. [...] O sistema proposto por Keirov cria uma pirâmide. Somente uma minoria pode chegar ao topo, que mais tarde constituirá a burguesia. A grande maioria será levada para a base. Usando expressões como "acumulado", "tesouro", "sólido e seguro", Keirov é digno do apelido de capitalista do conhecimento. [...] Trancados o ano inteiro na sala de aula, como

em uma caixa hermética, os alunos são forçados a aprender assuntos indigestos que datam dos séculos passados. Durante toda a escolaridade, os alunos não terão a oportunidade de ver como o arroz, trigo e milho crescem, apreciar como os trabalhadores trabalham, como os agricultores cultivam e como os produtos são comercializados. Isso não os transforma deliberadamente em estúpidos? Por que tanta importância na palavra do professor? Se os alunos se submeterem, eles se tornarão escravos da educação burguesa e seu cérebro servirá apenas para memorizar as palavras do professor. Estudantes revolucionários devem se unir a professores revolucionários para abolir a "dignidade do professor" defendida pelos proprietários e a burguesia e impedir que os estudantes sejam tratados como inimigos " (RIOS, 1972, p. 25-27).

Em 1956, Nikita Krushev, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética, condenou Stálin no Congresso deste partido, gerando assim uma grande crise de relações com diversos países. No caso da China, em 1960, todos os projetos soviéticos foram suspensos e todos os técnicos foram retirados do país. Vale lembrar que após a Revolução Comunista na China todo o aparelho estatal teve de ser reorganizado. O corpo dirigente de setores estratégicos para o desenvolvimento do país ainda estava em formação, o que gerou dificuldades à estruturação do Estado. Apesar do contratempo, a retirada dos técnicos representou uma oportunidade de construir um processo com características chinesas. Para potenciá-lo, foi lançada, ainda em 1963, uma Campanha de Educação Socialista nas comunas, visando a ampliação do direito a educação em todas as cidades e localidades, mesmo as mais remotas:

A luta de Mao e seus companheiros era pelo enfraquecimento do partido. Em todas as cidades, os dirigentes partidários foram substituídos por comunas. O partido foi substituído por um Grupo Central da Revolução Cultural. Este procurou apaziguar os operários, deslocar estudantes e intelectuais para o trabalho braçal no campo e reorganizar o partido com outros militantes (BOGO, 2005, p. 344).

Atento aos debates realizados pela juventude chinesa, Mao Tse-tung havia identificado um enraizado movimento reacionário em diversas áreas de desenvolvimento cultural na China. Fundamentado no pensamento livresco, tal movimento reproduzia o pensamento burguês descomprometido com a causa do proletariado. Objetivando impedir que as tentativas de restauração do capitalismo tivessem êxito, teve início a grande Revolução Cultural, em 1966, instrumento de edificação do socialismo na China.

Em 1968, a Revolução Cultural enfatizava a necessidade de transformações na área da educação. Segundo Rios:

E em 27 de julho de 1968, em meio a uma revolução cultural, trabalhadores e soldados invadiram escolas e universidades, assumindo a liderança. A pedagogia tradicional, o intelectualismo burguês e a cultura de elite naquele dia perderam sua última batalha. A China seria o primeiro país do mundo em que a educação chegaria às mãos do proletariado. No entanto, surgiu um problema: como delinear um novo sistema educacional sendo trabalhadores, camponeses e soldados e não tendo finalmente lido um único texto de pedagogia? A resposta foi encontrada, novamente, nas palavras de Mao: “as massas têm poder criativo ilimitado. Você tem que ir das massas para as massas”. Isso significava que as pessoas tinham que ser mobilizadas para expressar sua opinião, criticar e começar a construir (RIOS, 1972, p. 25).

Após as declarações de Krushev, em 1956, os chineses haviam percebido que a direção do Partido Comunista da URSS havia subestimado a luta de classes e que a burguesia continuava disputando espaços para contaminar os governos socialistas pelo mundo, destruindo as bases econômicas e culturais de seus programas. Dessa maneira, era necessário assumir a direção do processo revolucionário de forma plena, superando assim a direção formal do processo que permitia e, por vezes, impulsionava a formação livresca e burocrática dos chineses, uma educação descomprometida com todo o processo de libertação do povo chinês dos inimigos externos e internos que exploravam e sub-

metiam o conjunto da população a uma situação de pobreza e miséria para garantir seus privilégios.

Nesse contexto, a Revolução assumiu a direção das instituições, convocando o conjunto da população para a construção de um processo de transformação social identificado com as massas populares. O que gerou um profundo ódio por parte dos capitalistas ao processo de Revolução Cultural na China. A burguesia acredita que o conhecimento e a cultura elaborada só podem ser alcançados por integrantes das classes dominantes, e que a sua formulação somente pode ser realizada por alguns “privilegiados” que chegaram a uma condição econômica, financeira e cultural que os eleva à condição de “quase deuses”. Assim, a burguesia abomina a ideia de um processo cultural e educacional formulado coletivamente, que respeite os acúmulos de cada área, de cada indivíduo e os inclua nesse processo. Esse movimento de construção coletiva da educação chinesa produziu importantes sínteses:

Críticas gerais à educação que prevaleceram até 1966, ano em que eclodiu a Revolução Cultural (Coletadas em conversa com vários educadores, trabalhadores e camponeses). Ao avaliar o desempenho da escola exclusivamente usando marcas numéricas que qualificam o conhecimento teórico, a escola coloca a inteligência do aluno em primeiro lugar. Em outras palavras: somente a capacidade do aluno de reter informações culturais é levada em consideração. A escola informa, instrui, mas não educa (RIOS, 1972, p. 27).

Os comunistas chineses, por meio da crítica aos valores e a formação burgueses, iniciaram um resgate da sua identidade proletária e construção de uma formulação que resultava num esforço do entendimento da realidade local, aliado ao desenvolvimento nacional, tendo como centro a revolução proletária. E um dos primeiros passos é a identificação da função social da educação:

O estudioso chinês deve basear seu aprendizado na prática social. Ou seja, no confronto da teoria com a prática; em sua participação

pessoal na luta pela produção (escolas são fazendas, fábricas ou campos cultivados); na luta de classes (profunda adesão e conhecimento da vida e ação dos trabalhadores e camponeses); e na participação em experimentação científica (desejo coletivo de melhorar a técnica, estimular a invenção criativa e encorajar a ousadia de buscar novos caminhos conducentes ao avanço do povo chinês) (RIOS, 1972, p. 39).

A educação deixou de ser uma área deslocada da realidade econômica e social do País e se tornou um instrumento a serviço do projeto de desenvolvimento coletivo da nação. Mao criticava veementemente os teóricos que acreditavam que os conhecimentos contidos nos livros pudessem ser repassados sem uma ligação com a prática social dos estudantes. O que não se tratava de uma secundarização dos conteúdos do processo de ensino aprendizagem, mas da crítica a um tipo de educação incapaz de formar indivíduos preparados, que sejam capazes de reconhecer as contradições da realidade e, por consequência, transformá-la.

Porém, somente a crítica à influência burguesa na educação não permite ao processo revolucionário estar alinhado às necessidades do povo chinês. Era necessário que os revolucionários realizassem a autocrítica em relação à sua própria condição no interior da revolução. Assevera Mao:

“Nossos companheiros, envolvidos em trabalhos práticos, geralmente têm uma grande experiência, o que é muito valioso. No entanto, será muito perigoso se você estiver satisfeito apenas com sua experiência. Esses camaradas devem entender que seu conhecimento é o resultado de um conhecimento sensível. Eles são, portanto, conhecimento parcial; eles carecem de conhecimento racional, conhecimento geral. Em outras palavras: eles não têm teoria e, conseqüentemente, seu conhecimento também é relativamente incompleto” (MAO, apud, RIOS, 1972, p. 45).

Em 1950, durante o discurso de fechamento da II Sessão do I Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês a autocrítica havia sido destacada como um instrumento fundamental a serviço da construção da Frente Única Revolucionária. É necessário que sejam desenvolvidas atividades práticas de auto-educação, para que sejam formados revolucionários completos, capazes de se inserir tanto em atividades organizativas, quanto nos trabalhos manuais.

Mao criticava veementemente os intelectuais que possuem apenas conhecimentos livrescos. É necessário que tais pessoas se tornem trabalhadores práticos, assumindo tarefas práticas. Somente assim o “conhecimento relativamente completo” será atingido, superando os limites do conhecimento livresco. Ainda que este último seja verdadeiro, não resultam de experiências pessoais realizadas pelos estudantes, o que os torna conhecimento unilaterais, verificado por outros, e não pelos próprios estudantes. Assim, é importante que os estudantes saibam aplicar os conhecimentos na prática social na qual estão inseridos. É preciso que os indivíduos cujos conhecimentos não sejam experimentados na prática reconheçam com modéstia os seus limites (MAO TSE-TUNG, 2005, p. 357).

Somente assim as regras do novo Estado popular poderão ser compreendidas com o necessário engajamento e não impostas aos trabalhadores por meio da coerção:

Para consolidar a frente unida revolucionária, é necessário adotar o método de crítica e autocrítica. O que nos serve de critério ao empregarmos esse método é, principalmente, nossa lei fundamental de hoje: o Programa Comum. Já na presente sessão, de acordo com o referido programa, usamos o método de crítica e autocrítica. Este é um método excelente que nos leva a perseverar na verdade e corrigir erros, o único método correto de auto-educação e autotransformação de todo o povo revolucionário de um Estado popular. A ditadura democrática popular pressupõe dois métodos. Com os inimigos, a ditadura é usada, ou seja, pelo tempo que for necessário, eles não podem participar de atividades políticas e são forçados a cumprir as



leis do governo popular e se envolver em trabalho físico para que, por esse meio, transformem-se em novas pessoas. Pelo contrário, com o povo são utilizados métodos democráticos e não coercitivos, ou seja, lhe é garantida a participação em atividades políticas e, em vez de forçá-lo a fazer isso ou aquilo, se realiza um trabalho de educação e persuasão com métodos democráticos. Este trabalho de educação é o trabalho de auto-educação no seio do povo, e seu método fundamental é constituído pela crítica e autocrítica. Espero que esse método seja adotado por todas as nacionalidades do país, classes democráticas, partidos (ZEDONG, 1976, tomo V, p. 36-37).

Se, por um lado, o desenvolvimento do processo revolucionário era a única forma de se impedir retrocessos, por outro, era necessário que os conhecimentos científicos estivessem presentes no dia-a-dia da revolução, instrumentalizando as ações da população. Para tanto, foi necessária a universalização do ensino, para que se estudasse de tudo, a todo o tempo. Ou seja, instruiu-se a população com tudo aquilo que estava ligado ao projeto de desenvolvimento do país e a realidade de conjunto do povo chinês. O conhecimento socialmente necessário precisava ser conhecido e estudado por todos, para que todos ensinassem também a seus pares, criando assim uma verdadeira comunidade de ensino:

Na China revolucionária, o estudo deixou de ser exclusivamente uma disciplina escolar, para se tornar uma prática universalizada, realizada em todos os lugares e em todos os momentos. Ninguém para de estudar. [...] O estudo deve ser eterno "porque as condições mudam permanentemente". Mas, dizem os chineses, você precisa saber estudar: a educação deve ser antidogmática, reflexiva, tentando aplicar o conhecimento teórico à experiência pessoal. [...] A universalização do estudo é provavelmente a característica mais importante que define e caracteriza a China hoje. As escolas, apesar de acomodarem quase 100 milhões de estudantes, são apenas uma pequena parte do movimento educacional chinês. [...] A escola não exerce, como no Ocidente, o monopólio da educação, é apenas uma das

muitas instituições dedicadas ao trabalho educacional, pois compartilha essa tarefa com fábricas, comunidades populares, exército, clubes de rua, mídia, comunicação de massa e representações artísticas (RIOS, 1972, p. 42–49).

As contradições da realidade chinesa e os confrontos com o pensamento burguês criaram condições para a construção de um processo onde a escola é somente uma parte do desenvolvimento educacional, onde não há monopólio do conhecimento e todos possuem uma função no desenvolvimento da educação. Se estamos em uma comunidade de ensino todos ensinam e aprendem, todos pesquisam, todos superam constantemente suas limitações intelectuais, consolidando um projeto coletivo de desenvolvimento nacional.

Ao refletir sobre a importância do marxismo na construção do comunismo na China, Mao Tsé-tung enfatizava que grande parte da matéria prima que deveria alimentar a nova sociedade comunista deveria ser tomada da cultura progressista de outros países:

Devemos assimilar tudo o que hoje nos seja útil, não só da atual cultura socialista e da nova democracia de outros países, mas também de sua cultura passada, por exemplo, da cultura dos países capitalistas no século das luzes. Contudo, devemos tratar todo o estrangeiro como fazemos com os alimentos – primeiro os mastigamos e em seguida os submetemos a um processo de transformação pelas secreções do estômago e dos intestinos. Deste modo, decompomo-los em substâncias nutritivas, que assimilamos, e em detritos, que eliminamos – pois somente assim poderemos tirar proveito deles. Nunca devemos engolir as coisas e assimilá-las sem crítica. É errôneo preconizar a “ocidentalização integral”. A China sofreu muito por causa da imitação mecânica do estrangeiro. Da mesma maneira, ao aplicar o marxismo em nosso país, os comunistas chineses devem integrar plena e adequadamente, a verdade universal do marxismo com a prática concreta da revolução chinesa (MAO TSÉ-TUNG, 1980, p. 214)<sup>3</sup>.

Enfatizando a relação dialética entre teoria e prática, Mao não deixa dúvidas quanto à tarefa da educação no processo revolucionário, qual seja, inserir o povo chinês de maneira consciente no processo de transformação da realidade concreta na qual está inserido:

[...] o marxismo deve se combinar com as características nacionais e se revestir de uma determinada forma nacional para poder ser útil; em circunstância alguma é admissível aplicá-lo de maneira subjetiva e formulista. Os marxistas formulistas não fazem nada mais que desprezar o marxismo e a revolução chinesa. Para eles não há espaço nas fileiras desta. A cultura chinesa deve ter sua própria forma, isto é, uma forma nacional. Nacional na forma e de nova democracia no conteúdo, tal é nossa nova cultura hoje (MAO TSÉ-TUNG, 1980, p. 215).

E na mesma linha, em *Sobre a educação*, sentencia Mao:

Os estudantes de história, filosofia e economia não se preocupam em estudar a realidade; eles são os mais ignorantes das coisas deste mundo. Como já disse, não temos nada maravilhoso, só coisas que aprendemos das pessoas comuns. Obviamente, aprendemos algo do marxismo-leninismo, mas o marxismo-leninismo sozinho não faz nada. Temos que estudar problemas chineses, partir das características e dos fatos da China (MAO TSÉ-TUNG, 1964).

Não basta proclamar-se marxista, ou revolucionário, é preciso tornar-se um “organizador constante da cultura popular”. Somente assim o marxismo deixará de ser um dogma e se tornará um “guia para a ação”. É necessário aos intelectuais que desejam colocar-se a serviço do processo de transformação social que se engajem na luta de libertação, única capaz de proporcionar o amálgama entre o saber e a ação, seguindo os passos inaugurados por Marx:

Ele estudou a natureza, a história e a revolução proletária e criou o materialismo dialético, o materialismo histórico e a teoria da revolu-

ção proletária. Assim, Marx se transformou no intelectual mais completo, aquele que representa o ponto máximo da sabedoria humana; era fundamentalmente diferente daqueles que apenas possuíam conhecimentos livrescos. Marx procedeu a investigações e estudos minuciosos no decorrer de lutas práticas, procedeu a generalizações e depois passou à verificação das suas conclusões na luta prática – isso é o que chamamos trabalho teórico (MAO TSE–TUNG, 2005, p. 357–358).

Na ação revolucionária de colar-se a serviço das massas populares, não há espaço para uma relação autoritária e elitista que as desconsidere no processo revolucionário. É preciso partir do conhecimento sensível das massas trabalhadoras para, então, superar seus limites. O que, como vimos anteriormente, não se dará por meio de pedantes conhecimentos livrescos.

Porém, como reconhece Mao, não basta a experiência prática, pois assim como o dogmatismo, o empirismo é também uma forma de conhecimento limitado que deve ser superado pelo estudo sério. Todos os quadros de origem operária e camponesa devem adquirir conhecimentos de base que lhes possibilitem o posterior estudo da política, da ciência militar, da economia (ibidem, p. 360). E no processo de construção da nova cultura científica:

Um trabalhador revolucionário da cultura que não vá às massas é um “comandante sem tropas” e não dispõe da potência de fogo para abater o inimigo. Para alcançar este objetivo, a língua escrita deve ser formada sob determinadas condições e nossa linguagem tem que se aproximar das massas populares, porque são elas a fonte inesgotável de nossa cultura revolucionária (MAO TSÉ–TUNG, 1980, p. 216).

Conclui Mao Tsé–tung que um revolucionário da cultura não pode empenhar-se na obtenção da adesão do povo ao seu projeto, mas sobretudo lutar com este no processo de libertação, recuperando a sua humanidade perdida, o que pressupõe “libertar-se com o povo, e não conquistá-lo”.

## Considerações finais

Neste breve ensaio, apresentamos os fundamentos pedagógicos do processo revolucionário chinês, liderado por Mao Tsé-tung. A problemática da educação acompanhou todo o processo de organização das massas populares para a construção de um novo Estado popular. Para a sua consecução, era necessário que no processo de transformação social um novo homem e uma nova mulher fossem forjados. O que não ocorreria por meio da imposição de regras.

É no seio da luta popular revolucionária que devemos buscar as raízes da educação chinesa. A busca por soluções para os problemas concretos do processo revolucionário, organizativos ou técnicos, resultou na construção de uma grande comunidade de ensino. Por meio de atividades práticas, tanto as camadas populares, quanto os setores intelectualizados, viraram-se tencionados pela transformação das circunstâncias, superando seus limites individuais.

As críticas de Mao ao caráter livresco da educação, acompanhadas da defesa incontestada do papel do partido e da teoria revolucionária, cujo caráter pedagógico merece destaque, são um eficiente antídoto ao dogmatismo das vanguardas. A proposição de que o materialismo histórico-dialético seja subsídio à emergência da consciência revolucionária, apoiada na aquisição pelos indivíduos do conhecimento necessário à compreensão da totalidade, não deixa dúvidas quanto ao caráter democrático no qual se assenta a educação na China revolucionária, uma educação socialista a serviço das massas populares no processo de transformação da sociedade.

## Referências

BOGO, Ademar (org.). **Mao Tse-tung. Teoria da organização política (vol. I)**. São Paulo: Expressão popular, 2005.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Teoria da organização política (vol. II)**. São Paulo: Expressão popular, 2013.

CARRION, Raul K. M.. **A construção do socialismo na China e as reformas econômicas pós-revolução cultural**. Disponível em: <[http://www.raulcarrion.com.br/Monografia\\_Socialismo\\_China.pdf](http://www.raulcarrion.com.br/Monografia_Socialismo_China.pdf)>. Acesso em 26 dez. 2017.

MAO TSE-TUNG. **A nova democracia na China**. 1ª edição, 15 de janeiro de 1940, Revista Cultura Chinesa, nº 1, Yenan, China. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/mao/1940/01/15.htm>>

\_\_\_\_\_. **Sobre a educação. (Conversa com a delegação de educadores nepaleses)**, 1964. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/mao/1964/mes/educa.htm>>

\_\_\_\_\_. **Cultura nacional, científica e de massas**. In PINSKY, Jaime (org.). **Questão nacional e marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

\_\_\_\_\_. **Retifiquemos o estilo de trabalho no partido**. In BOGO, Ademair (org.). **Mao Tse-tung. Teoria da organização política (vol. I)**. São Paulo: Expressão popular, 2005.

RIOS, Carlos Castillo. **La educacion em China: uma pedagogia revolucionaria**. Argentina: Ediciones Busqueda, 1972.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução chinesa**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense.

ZEDONG, Mao. **Obras escogidas de Mao Zedong. Ediciones em lengua extranjeras Pekin (Beijing)**. Tomos de I a V, 1976. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/mao/escritos/libros/oe/index.htm>>. Acesso em: 26 dez. 2017.

